

Uma metodologia de História de Empresas*

A methodology of Business History

Jacob Frenkel e Jaques Kerstenetzky**

Resumo: Este artigo é uma proposta metodológica para elaboração de estudos de caso de História de Empresas. A metodologia se caracteriza pelo tratamento de diferentes níveis de análise, pela visualização da dinâmica da ação da empresa através de binômio dificuldades/oportunidades, pela proposição da identificação de estágios, que são períodos de relativa estabilidade operacional, organizacional e estratégica, e por fim recomenda o uso flexível e pluralista de teorias econômicas, com equilíbrio na relação entre história e teoria. O artigo faz também um inventário comentado de fontes para o estudo de casos empresariais.

Palavras-chave: História de empresas. História e Teoria. Metodologia.

Abstract: This article is a methodological proposal for business history case studies based on the recognition of some keys to understanding and elaborating cases. The methodology suggests different levels of analysis, a characterization of the dynamics of the company's action through the binomial difficulties/opportunities, the identification of periods of relative operational, organizational and strategic stability, the stages, and a flexible and pluralist use of economic theories, with a balanced relationship between history and theory. The article also offers a commented inventory of sources for the study of business cases.

Keywords: Business History. History and Theory. Methodology.

JEL: N8. B4. L2.

* Submissão: 15/11/2021 | Aprovação: 22/06/2022 | DOI: 10.29182/hehe.v25i3.840

** Respectivamente: (1) Professor aposentado do Instituto de Economia da UFRJ, Brasil | ORCID: 0000-0002-3513-109X | E-mail: jafrenkel@gmail.com | (2) Professor Associado do Instituto de Economia da UFRJ, Brasil | ORCID: 0000-0002-1079-6829 | E-mail: jkersten@ufrj.br



Introdução

A concepção de uma metodologia para o estudo de casos de história empresarial apresenta os desafios tradicionais do estudo da história, revestidos dos aspectos peculiares do campo específico. Assim, uma das maiores dificuldades no estudo da evolução das empresas é que tanto o objeto de estudo, a empresa, quanto o ambiente onde convive, os setores, os mercados, o sistema econômico, e as outras instituições, estão todos permanentemente em mudança e se interinfluenciando. Devido a essa transformação incessante, o desafio da construção de uma metodologia de História de Empresas é desenvolver uma abordagem que permita identificar e caracterizar em cada momento, período histórico, os fatores que prevaleceram, condicionaram as decisões, as ações e o comportamento naquele determinado período, sejam internos e/ou externos e, conseqüentemente, a evolução para o período histórico posterior. E assim sucessivamente por toda a sua existência (ou período coberto pelo estudo), sejam positivos ou negativos os desdobramentos e conseqüências.

A proposição aqui desenvolvida não escolhe como fio condutor um princípio único, muito menos um único modelo teórico abrangente. No lugar deste, ao considerar a empresa como unidade institucional de produção de bens e serviços, a metodologia que propomos visa identificar no cotidiano operacional empresarial os elementos básicos das mudanças e, conseqüentemente, do processo evolutivo, e estabelecer com esses elementos as relações com os possíveis desdobramentos em termos de decisões e conseqüências posteriores, sendo estas relacionadas a interações tanto internas quanto externas à empresa.

A tarefa pretendida é complexa, dadas as dificuldades mencionadas no primeiro parágrafo. A maneira de enfrentar essas dificuldades e operacionalizar a construção de casos de história empresarial desta proposta parte inicialmente de indicação marshalliana, no que este economista ecoa uma das proposições do método cartesiano de “dividir cada uma das dificuldades [...] em tantas parcelas quantas possíveis e quantas necessárias para melhor resolvê-las”, ou seja, subdividir os fenômenos para melhor estudá-los (Marshall, 1923, p. 676-678). Para efeito de análise, a empresa apresenta níveis e substratos conceituais particulares, que vão desde a decomposição da empresa em subconjuntos funcionais (produção, *marketing*, finanças etc.) a, externamente, diferentes estratos identificáveis no ambiente externo. As interações com o ambiente externo vão do mercado e do ambiente competitivo até a sua inserção no

tecido social e institucional da unidade política onde opera e interações com a economia global.

A seguir, para compor e entender a movimentação decisória diante da dinâmica incessante desses inúmeros subconjuntos e estratos, na nossa proposição idealizamos como eles se apresentam no cotidiano empresarial, através do binômio dificuldade/oportunidade. A movimentação permanente dos subconjuntos e estratos se apresentam para o aparato decisório da empresa, ontologicamente, como um binômio dificuldade/oportunidade. O enfrentamento desse binômio no cotidiano operacional movimenta o processo decisório da firma e, conseqüentemente, a sua evolução.

Um outro corte de subdivisão presente na proposta é temporal, ou seja, corresponde à identificação de diferentes estágios ao longo do período estudado, trabalho que pode ser desenvolvido para todo o arco da vida da empresa ou para um período específico dentro deste. Na análise temporal, é necessário reconhecer duas possibilidades quanto às conseqüências da permanente pressão do (múltiplo) cotidiano sobre a evolução estrutural da empresa: Eventualmente se alteram ênfases e prioridades no comportamento organizacional, sem no entanto modificar-se a estrutura básica operacional e a estratégia concorrencial da empresa, que permanece assim em um mesmo “estágio”; ou, de forma alternativa, ocorrem mudanças estruturais na organização operacional e na estratégia concorrencial que configuram um novo “estágio” na sua evolução. Essa configuração metodológica permite que a análise evolutiva da empresa não seja meramente um relato descritivo, cronológico, sucessivo, das suas diferentes fases; diferentemente, permite incorporar os elementos factuais do seu cotidiano operacional que induziram mudanças e conseqüências no interior de um estágio, ou em uma sucessão deles.

Um aspecto importante da metodologia é que, com a subdivisão analítica, diferentes teorias podem encontrar seu lugar, sempre parcial. No entanto, se a metodologia abre espaço para uso de diferentes teorias, a abordagem proposta depende de maneira fundamental das habilidades tacitamente adquiridas pelo historiador de lidar com a temporalidade (Sewell, 2005, p.6), que aqui tomam forma no trabalho com diferentes planos/aspectos/processos do objeto de estudo, compondo a narrativa a partir de material variado.

A aplicação da metodologia aqui exposta pode ser avaliada no caso elaborado para a Metal Leve (Kerstenetzky, 2021).

As próximas seções do artigo vão trabalhar a subdivisão “marshalliano/cartesiana” nos diferentes aspectos da pesquisa de História Empresarial, in-

clusivo o da utilização de teorias. Assim, a seção dois trata dos níveis de análise; a seção três aborda o moto causal das decisões, o binômio dificuldades/opportunidades; a seção quatro trata da identificação e análise dos estágios na vida de uma unidade empresarial; a seção cinco fala sobre as relações entre teoria e história; a seção seis discute as fontes e instrumentos de análise; a seção sete encerra o artigo com as conclusões.

1. Os níveis de análise

Um caso de história empresarial é convenientemente estudado em três níveis: o nível interno da empresa, o nível imediatamente exterior, como o mercado, a indústria, a localidade, e o nível mais amplo da nação ou mesmo global. Os diferentes níveis interagem e se afetam e sua identificação/fracionamento é necessária por razões analíticas. A seguir, abordamos sucintamente diferentes níveis/frações/aspectos envolvidos.

1. Os executivos, a sua cultura, a sua experiência e visão de negócios, as perspectivas profissionais e o formato organizacional que implantam são os ingredientes que compõem o posicionamento potencial da gestão da empresa e seu processo decisório. Os gestores providenciam a ação e reação do complexo organizacional e suas interrelações com o mundo exterior, e, portanto, impõem a dinâmica evolutiva da empresa.

2. A empresa é uma entidade multifacetada, composta de vários conjuntos de atividades, cada um baseado em elementos operativos diferentes. Embora interligados e com intersecções, cada conjunto tem elementos constituintes próprios, conceitualmente diferenciados e que evoluem em ritmos diferentes, criando um dinâmica sequencial própria, potencialmente disfuncional quando agregadas, e que, portanto, necessitam ser coordenadas e harmonizadas para terem efeitos positivos na evolução da empresa.

Esses conjuntos são encontrados na literatura com várias denominações e desmembrados em vários subconjuntos; para efeito ilustrativo, alguns são sobejamente conhecidos como: Organização, Recursos Humanos, Vendas e Marketing, Produção, Operação, Contabilidade, Finanças, P & D etc. (Kwaniska, 2006).

As evoluções diferenciadas dos conjuntos e as harmonizações necessárias afetam a configuração estrutural e organizacional da empresa, criando períodos de evolução que chamaremos de estágios. Estes são analisados na literatura especializada de várias formas, algumas através das ênfases analíticas

entre os conjuntos de atividades (Adizes, 1979) e em outras através da evolução das respectivas organizações (Quinn; Cameron, 1983). Mais adiante, este artigo dedica uma seção ao tema dos estágios; aqui importa comentar que Adizes observa que, no enfrentamento das diferentes situações que a evolução descompassada do conjunto de atividades ocasiona, pelas dificuldades criadas e/ou pelas oportunidades que surgem, são requeridas quatro diferentes combinações de capacidades gestonárias reunidas como Produção, Empreendedorismo, Administração e Integração; e que, de acordo com o estágio, essas capacidades figuram diferentemente, alternando-se individualmente em termos de primazia nas combinações. A essas quatro capacitações acrescentaríamos uma adicional, a Financeira, pela sua importância tanto operacional quanto por se relacionar com um dos objetivos fundamentais da sua existência, o controle da geração de lucros.

3. Ambiente competitivo. A empresa trabalha num ambiente competitivo imediato, interagindo com diferentes agentes, como competidores existentes ou potenciais, fornecedores e compradores (Porter, 1985, p. 5). Esses agentes, por si ou em conjunto, alteram continuamente as condições competitivas dos mercados, impondo modificações nas rotinas internas dos subconjuntos funcionais da empresa e influenciando a sua estratégia.

4. Ambiente institucional. Ainda no que se refere ao ambiente operacional, existe um nível de interação vinculado à superestrutura dos meios social, jurídico e político onde a empresa se insere. Estes podem afetar todos os aspectos funcionais da empresa, e suas mudanças podem exigir desde adaptações parciais, localizadas em subconjuntos específicos, até mudanças estruturais e estratégicas. São exemplos a estrutura tributária e a legislação trabalhista, cujas alterações encerram potenciais repercussões sobre a trajetória dos casos.

5. Políticas econômicas específicas. Medidas institucionais/legais podem facilitar ou dificultar a dinâmica operacional da empresa e requerer ajustes e adaptações para enfrentar novas condições. Podem implicar alterações na dinâmica operacional ou mudanças estruturais e estratégicas, com influências significativas a curto e longo prazo.

6. Políticas econômicas gerais. A própria dinâmica agregada do sistema econômico e as políticas públicas de caráter geral implantadas geram desequilíbrios sistêmicos com consequências diretas sobre a empresa, ou indiretamente sobre o ambiente competitivo, podendo induzir alterações em várias características operacionais, e mesmo alterações profundas e estratégicas.

Mudanças cíclicas do sistema econômico com as políticas econômicas consequentes são exemplos dessas situações.

7. Ambiente competitivo internacional. De forma crescente, a revolução nas comunicações e o fenômeno da globalização, em suas diferentes formas e potenciais efeitos nos níveis mencionados anteriormente, também podem induzir a necessidade de alterações operacionais, concorrenciais e estratégicas.

A questão metodológica básica consiste em como recuperar, absorver, compatibilizar e harmonizar essas possíveis influências, interações de todos esses níveis, de forma a construir uma sequência analítica que permita ao mesmo tempo entender, em cada período histórico, como a empresa atuou e como alterou o seu comportamento diante das influências internas e externas que se colocaram como elementos transformadores da sua evolução. Essa lógica analítica tem de ser suficientemente flexível para abranger empresas industriais, comerciais ou de serviços, incorporando na análise os diferentes momentos históricos, contemplando as variadas influências que se apresentam na trajetória, de forma que, no seu conjunto, possam compor uma história elucidativa da evolução do caso.

Passamos a seguir a um ponto que ocupará o lugar da tradicional discussão econômica da atividade empresarial, que é a da natureza e dos objetivos das firmas. No entanto, o olhar será um pouco distinto: escolhemos focar naquilo que é distintivo da ação humana, que é a percepção, decisão e ação no âmbito de empresas.

2. Empresas: decisão e ação

Dentre as possibilidades existentes com relação a percepção, decisão e ação de empresas, centramos a proposição metodológica na identificação e análise das causas que movem a ação da empresa, heurísticamente caracterizada pelo *binômio dificuldades/opportunidades*. Evoluindo em função de dificuldades inerentes ao seu ambiente operacional ou de oportunidades vislumbradas, as dificuldades e oportunidades podem ter origem interna ou externa à empresa.

Dificuldades seriam situações que surgem da própria dinâmica operacional, devido aos diferentes elementos que compõem seus subconjuntos funcionais e que possuem dinâmicas evolutivas próprias. Problemas na produção, na distribuição, na comercialização, insuficiências de capital – de curto ou longo prazo, contratações e treinamento de pessoal, novos concorrentes, novos produtos etc., formam o cotidiano operacional, criando permanente-

mente questões que requerem a atenção e ação dos gestores. São as questões que surgem naturalmente das operações diferenciadas dos subconjuntos funcionais e precisam necessariamente ser sanadas para a continuidade operacional e competitiva da empresa.

O próprio processo de crescimento cria dificuldades, requerendo novas soluções nos elementos dos diferentes subconjuntos funcionais que precisam ser adaptados às operações em escala majorada: “change is common at the micro level, even in conditions without major environmental change” (Raff, 2013, p. 454). Elas podem induzir soluções com elementos já existentes do cotidiano operacional e organizacional, ou na sua ausência induzir a gestão na busca de oportunidades para solucioná-las.

Oportunidades têm um caráter ontológico diferente: são fatos/situações em que a gestão da empresa pode escolher, ou não, envolver-se com o seu desenvolvimento. A opção pelo envolvimento com um novo elemento pode ocasionar uma mudança operacional menor (como a compra de uma nova máquina) ou uma mudança estrutural (como a aquisição de um concorrente).

A elaboração da história de uma empresa não deve se limitar a focar as oportunidades que surgiram para a empresa, na ideia de que estas determinam os pontos disruptivos da sua trajetória evolutiva. As relações causais são mais complexas, pois a evolução sequencial e acumulada de dificuldades condiciona o processo decisório e pode influenciar na busca e na escolha de uma oportunidade. A decisão sobre a oportunidade é fruto de uma combinação do conhecimento histórico próprio acumulado com a avaliação das consequências futuras:

[...] we move away from the idea of “origin” (of an opportunity) – as a unitary moment of enlightened commencement by a person of specific traits, or the mere outcome of structural forces, and instead conceive of it as a constant interplay of person, becoming and place, set within the experiential flow of history. [...] What is required is rich contemporaneous data that “help us to understand what the entrepreneur does from within the world view that the entrepreneur holds”. (Popp; Holt, 2013, p. 10)

A racionalização de dificuldades e oportunidades e o encaminhamento das ações para enfrentá-las induz mudanças organizacionais e a estratégia de evolução da empresa. “Tenho uma(s) dificuldade(s)/oportunidade(s). Como vou enfrentar esta questão?” Essa é a ideia básica que move o processo decisório e a consequente evolução da empresa.

Uma observação adicional refere-se à construção da memória evolutiva da empresa, que é marcada por momentos de dificuldades e suas soluções e pelo surgimento de oportunidades e consequentes encaminhamentos. Tais momentos são gravados tanto na memória dos gestores e participantes como também na forma documental, como potencial provedoras de documentos que auxiliem na reconstrução histórica desses momentos decisivos e dos marcos de decisões alteradoras de sua evolução: “Process explanations that draw on narrative data are particularly close to the phenomena they purport to explain” (Pentland, 1999, p. 712).

Mesmo numa situação de pesquisa excepcional, em que haja uma profusão de documentos históricos disponíveis para a reconstrução de um período histórico da empresa, os pesquisadores enfrentarão o desafio de compreender os seus significados, os motivos, as ações e as consequências dos tomadores de decisão no ambiente que prevalecia, de forma a evitar a imposição de hipóteses e categorias analíticas do momento presente (Kipping; Wadhvani; Bucheli, 2014, p. 306).

Embora exista uma vasta literatura sobre tomada de decisões empresariais diante de dificuldades ou oportunidades, a grande maioria dos trabalhos se preocupa com a lógica que perpassa o enfrentamento e a caracterização heurística e epistemológica do processo de decisão. Diferentemente, na nossa utilização, o binômio é de início somente um marco de um momento histórico que detona ações e consequências, e que por sua importância como capacidade indutora assume uma instância memorial relevante, tanto factual quanto institucional, e que, portanto, facilita a sua recuperação histórica. Identificados os marcos do binômio, o porquê, o como e as consequência das decisões são os elementos que comporão a reconstrução histórica que se pretende realizar.

A esta altura, convém mencionar uma possível fonte geradora de variedade de estudos de história de empresas. Os elementos componentes dos fatos escolhidos como marcos do binômio dificuldades/oportunidades podem variar de acordo com as indagações do pesquisador, ocasionadas por suas preferências profissionais ou teóricas, e assim periodizar a evolução em estágios que particularizam ênfases operacionais diversas (Rawlinson, 2004, p. 308). Exemplificando, se enfatizarmos questões de técnicas produtivas, a periodização será baseada em dificuldades/oportunidades oriundas dos investimentos produtivos e escolha de técnicas; se, por outro lado, enfocarmos os mesmos fatos pelo lado financeiro, a periodização pode ser realizada pela estratégia

financeira seguida para realizar esses investimentos produtivos. Dessa forma, no mesmo sentido, a escolha dos fatos pode ser baseada em vários elementos operacionais internos, como também em questões externas, históricas, variações do ambiente econômico e de políticas econômicas, e assim permitir focar a análise do estágio nas particularidades evolutivas escolhidas. Como bem observou Rawlinson (2004, p. 309), “Periodization emphasizes singularities of historical events”.

Ainda que aceitemos essa fonte de variação como característica inevitável de estudos históricos, é preciso ressaltar que o tipo de história de empresas que estamos discutindo não é um tipo parcial de história empresarial, focando em uma área de atuação da empresa, mas o estudo do resultado geral da atividade empresarial, não somente como narrativa mas como um processo evolutivo, com causas e efeitos, de uma unidade íntegra, uma unidade organizacional global, envolvendo as resultantes relevantes de suas áreas de atuação, visando os objetivos precípuos da sua existência: produção de bens e serviços, manutenção da sua capacidade competitiva e geração de lucros. Nesse sentido, Van de Ven e Poole (2005, p.1385) ressaltam que

A process theory needs to go beyond a surface description, to penetrate the logic behind observed temporal progressions. This explanation should identify the generative mechanisms that cause observed events to happen in the real world, and the particular circumstances or contingencies when these causal mechanisms operate.

3. Estágios evolutivos

O enfrentamento perene do binômio dificuldades/oportunidades causa mudanças frequentes em algum aspecto da estrutura da empresa. Algumas mudanças são incrementais, ou seja, não alteram significativamente a operacionalidade geral nem a estratégia competitiva da empresa, de maneira que podemos considerá-las mudanças adaptativas. Exemplos de mudanças adaptativas decorrentes de fatores internos são a compra de uma máquina adicional, aumento das vendas, do número de clientes, aumento de pessoal, ou ainda um aumento da cesta de produtos que a empresa produz com a mesma técnica; e de fatores externos, uma mudança na alíquota de impostos, a necessidade de mudança de um fornecedor, perdas ou ganhos de clientes marginais, variações cíclicas da demanda e da economia e alterações nas exigências de controle de órgãos regulatórios.

Dessa forma, mudanças incrementais podem ocorrer sem afetar a interação entre os conjuntos funcionais que compõem a estrutura da empresa. Quando ocorrem mudanças mas a estrutura não se altera significativamente, consideramos que a empresa permanece num mesmo estágio evolutivo.

Portanto, o estágio é uma estrutura onde os conjuntos funcionais e as suas interações não se modificam significativamente, permanecendo estáveis mesmo com mudanças ocorridas, por um determinado período, até que uma dificuldade/oportunidade nova, ou mesmo uma sucessão de mudanças incrementais, possam adquirir suficiente importância para pressionar a empresa a se reposicionar e reformular o rearranjo operacional e organizacional, ou a adotar uma nova estratégia competitiva para se adaptar adequadamente às novas condições. Mudanças podem ter implicações sobre elementos componentes da estrutura, resultando numa composição organizacional diferente da anterior, requerendo alterações na estratégia competitiva, como no caso de diversificações e aquisições, ou alterações na composição acionária.

O surgimento das questões relacionadas ao binômio dificuldades/oportunidades engendram ações prioritárias para contorná-las/aproveitá-las, e esse conjunto de causas e suas soluções condicionam o estágio em que a empresa se encontrará nos momentos seguintes.

Assim, a evolução se dá como sucessão de estágios onde surgem dinamicamente dificuldades e oportunidades. A empresa tem que se posicionar diante dessas questões, analisando-as e tomando decisões para enfrentá-las. Solucionada uma dificuldade ou incorporada uma oportunidade, há um rearranjo entre o conjunto de atividades da empresa e suas subáreas operacionais, criam-se novas rotinas, que podem permanecer por um determinado período de tempo, até que novas dificuldades/oportunidades adquiram suficiente importância para pressionar a empresa a se posicionar diante delas e reformular mais uma vez o arranjo operacional, organizacional e suas rotinas, ou a adoção de uma nova estratégia competitiva, para se adaptar adequadamente às novas condições. “As the organization passes from one phase in its life to the next, different roles are emphasized and the different role combinations that result produce different organizational behavior.” (Adizes, 1979).

O estágio não é predeterminado pela idade nem pelo tamanho da empresa: é estabelecido pelas características operacionais e organizacionais com as quais enfrenta o seu cotidiano e o conjunto de rotinas estabelecidas nesse quadro. Ele é resultado das ações e soluções adotadas pela gestão em função das dificuldades/oportunidades enfrentadas no estágio anterior. O

estágio se modifica quando surgem novas ênfases/prioridades a partir da situação que requer adaptações estruturais necessárias para enfrentar novas dificuldades/oportunidades.

Em cada estágio as dificuldades e oportunidades podem ser diferentes. No entanto, certas combinações podem reaparecer posteriormente, em estágios diferentes, com elementos já encontrados em estágios anteriores, com algumas características relativas semelhantes e outras diferentes, assim induzindo soluções diversas. Um exemplo pode ser uma restrição financeira no início da empresa e numa fase de intenso crescimento – a restrição é semelhante no seu caráter, mas as características funcionais relativas são diferentes.

Insistindo, não existe uma caracterização apriorística de cada estágio, mas sim a percepção de que existem estágios, e estes serão caracterizados por suas características operacionais, organizacionais e rotinas e pelas ações e soluções adotadas. Os estágios são considerados como um intervalo de tempo em que a empresa se readaptou, reorganizou, criou novas rotinas e age de acordo com a(s) novas prioridade(s) engendradas pelas soluções escolhidas no estágio anterior e seus frutos, e permanece nessa situação por um período de tempo considerável. Como Raff (2013, p. 449-450) menciona, um estágio seria

[...] a persistent variety of institutional arrangements [...] the variety would typically come in terms of strategic choices of one sort or another – product categories, production technologies, employee or organizational skill sets, supply chain structure and attributes, and so forth – rather than (or rather than just) forms of organization.

Identificamos uma alteração de estágio quando elementos do binômio dificuldades/oportunidades se tornam prementes e induzem a empresa a tomadas de decisões que possam causar alterações significativas no seu ambiente operacional ou estratégico. É possível construir uma visão organizada da dinâmica dos vários estágios e até procurar uma generalização conceitual, mas esta somente pode ser racionalizada como uma sucessão lógica e servir como guia conceitual *a posteriori*, ou seja, ao se adquirir uma visão histórica da sua evolução.

A reconstrução histórica da evolução da empresa deve, portanto, em cada estágio, ser baseada na caracterização da sua estrutura operacional e organizacional, na identificação e caracterização dos gestores, no ambiente competitivo, e nas condições econômico-institucionais do período, para re-

criar as condições das tomadas de decisão diante do binômio dificuldades/opportunidade surgido e consequentes mudanças.

Na realidade, é uma tentativa de recriar o que Raff define como a “experiência vivida” (tradução livre dos autores) pelos gestores à época, e não uma interpretação com conceitos e visões atuais: “It is a reconstruction of the lived experience and understandings, and predispositions to action, of an organization and, to some extent, of the individuals whose actions comprise it” (Raff, 2013, p. 459).

A noção de estágios permite que o pesquisador se aproxime analiticamente do objeto de seu estudo, melhorando a percepção das condições reais em que a empresa operava na época, seu funcionamento rotineiro, suas referências para tomada de decisões, seus marcos e atritos operacionais, comerciais, as condições competitivas e institucionais externas, enfim, suas preocupações e enfrentamentos cotidianos (Hill; McGowan, 1999).

Essa conceituação dos estágios elimina a questão da idade da firma como elemento implícito da análise dos estágios na evolução da empresa. O estágio não é uma sequência de situações decorrente da idade e sim das dificuldades/opportunidades que enfrenta e das soluções que adota. Empresas com idades diferentes podem se encontrar em estágios semelhantes (exemplo: a decisão para uma aquisição de um concorrente pode se dar em vários momentos da sua evolução, independentemente da idade dela).

Existe uma vasta literatura sobre os potenciais estágios que uma empresa pode atravessar em sua história, e uma variedade de classificações, prevendo a evolução das empresas em três, quatro e cinco estágios (Jaafar; Halim, 2016). Todos eles pré-definem a existência de estágios, caracterizando-os através de algumas variáveis quantitativas ou qualitativas, e objetivam uma identificação dos estágios em que se encontram as empresas de um determinado setor, indústria ou mesmo de um país.

No caso da abordagem que aqui propomos, um estágio é somente um período em que a empresa apresenta uma relativa inércia tanto nos diversos elementos estruturais que a compõem – operação, organização e estratégia – quanto nos diferentes níveis interativos externos (Hannan; Freeman, 1984, p.156). Significa que o desenho *mais amplo* de um conjunto de soluções ao binômio dificuldades/opportunidades pela empresa se encontra em prática, e a expressão *mais ampla* aqui quer indicar que dentro de um estágio tais soluções podem sofrer aperfeiçoamentos incrementais que, no entanto, não mudam sua natureza operacional, organizacional ou estratégica.

A utilidade dos estágios para efeitos analíticos é permitir uma análise das características mais importantes da funcionalidade da empresa sob condições diferenciadas. Como já mencionado, as capacidades gestonárias da empresa – Produção, Empreendedorismo, Administração e Integração –, citadas por Adizes (1979), e a Financeira seriam aplicadas prioritariamente, individualmente e em combinações variadas, em diferentes estágios da empresa. Em um estágio de intenso crescimento, Produção e Administração teriam ênfase; em um estágio de lançamento e consolidação de novos produtos, Empreendedorismo e Integração seriam mais enfáticos; em um estágio de dificuldades ocasionadas por mudanças no ambiente competitivo, Administração e Empreendedorismo; numa aquisição, Empreendedorismo e Financeiro; na abertura de uma filial, Integração e Financeiro. Enfim, a definição de estágios permite ao pesquisador centrar a sua análise num conjunto de aspectos funcionais mais restritos e relevantes ao período considerado.

4. O uso de teorias na construção de narrativas históricas

A identificação de oportunidades/dificuldades, o tratamento do funcionamento dos conjuntos de atividades em que podemos subdividir a operação da firma e a análise de mudanças aqui sugerida, por meio da identificação de estágios, não são objetos a serem meramente descritos ou intuitivamente conduzidos. O reconhecimento de que a empresa é uma organização (conjunto de atividades que requer um ordenamento lógico, explícito, tanto na definição de responsabilidades quanto nas rotinas interativas internas ou externas), cujo ordenamento é reconhecido e seguido entre os seus atores, e criado para permitir que a empresa atinja os seus objetivos, faz dela um objeto passível de ser reconhecido e estudado com instrumentos teóricos: “Organised activity, by its very nature, involves a degree of rationality which makes systematic inquiry easier” (Galambos, 1977, p. 32). O reconhecimento de que a empresa é um objeto passível de estudo induz a possibilidade da utilização de teorias explicativas do comportamento empresarial.

Há duas maneiras pelas quais teorias podem ser úteis na construção de casos de história empresarial. A primeira é no fornecimento de um *quadro de referência* para visualização apriorística do que ocorre na atividade empresarial. A segunda, mais localizada, é no esclarecimento de potenciais conexões causais entre elementos (para usar uma expressão genérica da variedade de decisões, ações, eventos, circunstâncias, estruturas) de casos em estudo.

Nas duas maneiras, teorias informam e orientam o foco do pesquisador na procura e na seleção dos elementos que compõem o caso e sugerem interpretação através de conexões conhecidas na literatura. No entanto, cabe ter em mente que instrumental teórico por certo ilumina, mas pode também obscurecer aquilo que não prevê, pois teorias são sempre reduções da realidade que isolam relações específicas. Assim, o pesquisador deve estar também preparado para encontrar aspectos importantes não previstos pela bagagem teórica que utiliza – uma atitude saudável diante dos casos analisados não é a de confirmação de teorias, mas da primazia do desafio de encontrar uma explicação para a interação factual estudada. Teorias existentes terão diferentes graus de correspondência com diferentes casos, daí a necessidade de uma “folga” na conexão fatos – uso da teoria.

Se as teorias que servem de *quadro de referência* deixam uma marca sempre indelével sobre a pesquisa, outras peças de teoria podem estar à sua disposição, podem fazer parte do *arsenal do pesquisador*, que assim se torna uma *caixa de ferramentas* a ser vasculhada em busca da ferramenta adequada para o problema em discussão. A operação de tais peças de teoria pode ser entendida como análoga à visualização de uma mudança em uma das condições do problema na análise microeconômica de equilíbrio parcial. A teoria esclarece, auxilia a visualização, indica os contornos, sugere as dimensões envolvidas e indica a direção e eventualmente a ordem de grandeza da mudança parcial, circunscrita ao *locus* em que se dá o fenômeno de mudança, que é localizado no tempo, no espaço e no setor da atividade empresarial.

Entre as teorias que identificamos como fornecendo visão e/ou instrumentos para elaboração de estudos de história de empresas, existe desde longa data uma ampla perspectiva teórica presente na economia de maneira bem estabelecida, envolvendo um número de autores de diferentes correntes ao longo da história do pensamento econômico, a qual Kerstenetzky (2007) chamou de acumulativa, em oposição a outra que chamou de alocativa, sendo esta última a que prevalece na corrente principal do pensamento econômico contemporâneo.

A perspectiva acumulativa remonta aos economistas da escola clássica, podendo ser identificada no capítulo VI do livro I de *A riqueza das nações*, onde Smith apresenta o capitalista como sendo aquele que adianta ao processo produtivo uma riqueza, o capital, que se converte em força de trabalho e materiais. Realizada a produção, por sua vez, o capital se converte em produtos que, vendidos, fazem retornar ao capitalista a riqueza inicialmente

adiantada acrescida de lucros, em um circuito que se repete indefinidamente. A atividade capitalista, entendida como acumulação de capital, é vista como ocorrendo no tempo, com o capital mudando de forma em cada ciclo e se acumulando, com lucros reinvestidos. Essa visão de fundo, aqui extremamente simplificada, é facilmente aplicável a estudos de história empresarial, permitindo emoldurar crescimento, ciclo da vida, eventual identificação de fases etc.

Há contribuições posteriores de outros pensadores, que permitem alargar a ideia de acumulação para além do capital. Aqui daremos destaque a Marshall e Penrose, mas outros poderiam ser acrescidos, todos cabendo na classificação antes aludida de visão acumulativa de firma. Vejamos o que mais pode ser pensado como acumulação na atividade empresarial. Marshall, no capítulo I do livro IV dos *Principles of Economics*, propôs que capital é acima de tudo conhecimento e organização. Ao contrário da escola neoclássica que a ele se seguiu, nenhum desses dois elementos figuram em seu texto como bem livre no sistema – se obtêm e se acumulam na atividade e no tempo, no empenho em resolver os problemas do crescimento; incluem saber lidar com a competição e a clientela, a técnica e a concepção de inovações, a delegação de responsabilidades e a divisão do trabalho, e o financiamento. E esses elementos são coordenados por meio da capacidade gestonária em várias dimensões, de maneira análoga à visualizada por Adizes (1979) através das áreas que podem ser identificadas no âmbito da atividade empresarial e produtiva.

Se Marshall pensou em termos de ciclo de vida da firma, que a levaria ao declínio e à extinção em algum momento, é porque tinha em mente uma realidade cambiante das unidades de produção e do ambiente, que faz com que soluções que um dia são competitivas envelheçam e que, na ausência de renovação, levem a unidade à ossificação e ao declínio.

Penrose ([1959] 1980) elaborou uma teoria do crescimento das firmas, partindo dos objetivos de lucro. Porém, escrevendo em uma época em que a microeconomia neoclássica já tinha se estabelecido, esclareceu que, em vez de maximização estática, atemporal, sua teoria vê os lucros como objetivo contínuo, de longo prazo, em processo; ou seja, compatível com a ideia clássica de acumulação de capital. O crescimento envolve mudanças em várias áreas, de maneira que a firma, além de capital, acumula capacitações organizacionais, da mesma maneira que em Marshall. Penrose vai além, desenvolvendo uma análise do crescimento em que são contemplados os caminhos do crescimento de fusões e aquisições e diversificação. Em sua contribuição podemos também destacar a ideia de que os serviços que se obtêm dos fatores dependem

da organização que os emprega, rompendo com as simplificações inadequadas de perfeita fluidez de pessoas, insumos, equipamentos, conhecimento e formas de organização da corrente predominante do pensamento econômico, favorecendo, assim, como abordagem, pesquisas que procurem revelar que condições, estratégias, recursos específicos, e sob qual evolução, explicam casos empresariais.

As contribuições mencionadas podem ser entendidas como fornecendo a visão geral que em nosso entender pode orientar a abordagem de História Empresarial, podendo assim ser consideradas parte integrante da metodologia na qualidade de *quadro de referência*, como sugerido anteriormente.

Podemos ainda caminhar no sentido de uma operacionalização desse quadro de referência, estabelecendo uma ponte entre essa perspectiva acumulativa e a elaboração de estudos de caso de História de Empresas: as ações, transformações e estratégias pelas quais a empresa passa nos diferentes estágios da sua história são procedimentos que visam atender a dois objetivos precípuos: continuar na sua missão de produzir/vender produtos/serviços e gerar e acumular lucros que a permitam continuar na sua trajetória. Resumidamente, todos os procedimentos e as mudanças engendrados pela empresa, no curto e longo prazo, são para *obter*, *recuperar* ou *criar* fontes de lucros e a consequente acumulação de capital para atividades e procedimentos futuros. *Obter* implica organizar e utilizar os recursos existentes na geração de produtos/serviços que tenham mercado, buscando uma eficiência capaz de gerar os lucros esperados; *recuperar* implica buscar alterações operacionais, organizacionais, com os recursos existentes, quando a lucratividade está ameaçada; e *criar* implica a indução de novas atividades/produtos/serviços, com recursos existentes ou novos, que gerem novas fontes de lucro.

Quanto às teorias do tipo alocativas que caracterizam a microeconomia moderna, estavam já presentes nos economistas clássicos, como no capítulo 7 do livro primeiro de Adam Smith. No entanto, no caso dos economistas da escola clássica e de Marx, a alocação estava articulada com a acumulação. Teorias alocativas desvinculadas de acumulação emergiram com a escola neoclássica da economia, com a elaboração de uma teoria neoclássica da firma e com os modelos de mercados. Aqui estamos pensando na vertente do equilíbrio parcial da microeconomia. Outras contribuições podem ser enquadradas nessa categoria alocativa, como a natureza da firma conforme vista por Coase (1937) e os modelos de barreiras à entrada, propostos por Bain (1956) e Labini (1956). Tais teorias podem ser úteis para a História

Empresarial se seguimos e generalizamos a interpretação de Dardi (2003) para o equilíbrio parcial Marshalliano, que entende que essa análise marshalliana retrata o efeito isolado de mudanças em variáveis que podemos apelidar pontualmente de independentes sobre variáveis pontualmente dependentes (utilizamos a expressão pontualmente porque variáveis podem ser independentes em um ponto da análise e dependentes em outro ponto). Em outras palavras, Dardi entende a análise marshalliana de equilíbrio parcial como análise da mudança, e não como análise de equilíbrio. É isso que peças de teoria aqui pensadas como peças de uma caixa de ferramentas permitem fazer: a conexão parcial entre duas variáveis isoladas que, em um estudo como o de História Empresarial, são parte de processos mais amplos de transformação.

Para essas teorias, sugerimos a participação delas nos estudos de História Empresarial na qualidade de integrantes do *arsenal do pesquisador* ou *caixa de ferramentas*. Estes são elementos teóricos que podem ser pontualmente utilizados em passagens, momentos, problemas específicos, na elaboração de um estudo de História Empresarial. Mais além, sugerimos que a caixa de ferramentas é tão grande quanto o conhecimento daquele que elabora o estudo: considerando que a atuação de uma empresa envolve diferentes áreas de capacitação organizacional e de problemas, como a comercialização, a área da produção, a área financeira, a área de pessoal, e que cada uma dessas áreas recebeu ao longo da história das ideias muitas contribuições.

A caixa de ferramentas do pesquisador de História Empresarial idealmente possui algumas subdivisões em que as ferramentas podem ser organizadas. Adicionalmente, a caixa de ferramentas não precisa se limitar a teorias alocativas ou mesmo à economia, até porque dimensões não econômicas também serão importantes, convidando a atravessar as fronteiras disciplinares. Alguns exemplos hipotéticos podem ser esclarecedores: Há em determinada altura do estudo uma questão de precificação? A análise histórica pode se beneficiar eventualmente do aparato mais simples de oferta e demanda, ou de teorias do duopólio, de teoria oligopolistas, da teoria das barreiras à entrada, ou ainda de teorias de custo pleno. Há uma questão de decisão de verticalização ou de terceirização de atividades? Pode-se recorrer aos instrumentos de Custos de Transação idealizados por Williamson. Houve um aumento da produção? Ocasionalmente economias de escala? Houve uma diversificação da produção? Buscou-se economias de escopo? Dessa forma, o pesquisador pode recorrer às ferramentas teóricas disponíveis que achar que

são adequadas para um entendimento e caracterização mais precisas de uma determinada ação ou comportamento.

Por outro lado, ao reconstruir por meio dos dados coletados as situações e ações enfrentadas pela empresa nos seus variados estágios, o pesquisador pode se defrontar com fatos e relações causais não compreendidas nas hipóteses simplificadoras das relações teóricas pré-definidas e, ao identificar relações causais factuais desconhecidas, contribuir para ampliar o conjunto de hipóteses relacionadas.

Assim, cabe ao pesquisador identificar o problema e usar, dentre as ferramentas que conhece, a que melhor parece auxiliá-lo no enquadramento do problema, na linguagem a utilizar, e nas conexões que permitem esclarecer, seja de relações teóricas pré-existentes ou de outras não previamente estabelecidas: “As already stated, the frameworks and criteria for analysis will emerge and evolve throughout the study; hence their have predominantly ‘post’ – data nature.” (Hill; McGowan, 1999, p. 13). Aplica-se aqui a noção de *constructo* (Eisenhardt, 1989, p. 536). A natureza de estudos históricos não só permite essa flexibilidade como se caracteriza por ela, e o estudo será tão bom quanto for a capacidade do pesquisador em elaborar uma narrativa significativa e potencializada por teorias que decide convocar na sua elaboração, ou outras relações que puder acrescentar a elas.

Cabe ainda considerar que estudos históricos não permitem estabelecer previamente que teorias farão o papel de ferramentas adequadas, nem se serão suficientes para abranger as múltiplas interações do mundo real. Ao pesquisador compete usar sua habilitação e seu conhecimento teórico para conhecer e identificar o que é mais adequado, sendo que diferentes pesquisadores podem vir a fazer escolhas distintas com resultados comparáveis.

Adicionalmente, a teoria econômica não nos parece suficiente para, por si só, fornecer a chave para entender o mundo empresarial. O mesmo pode ser dito a respeito das teorias do campo da administração. Não só o futuro é incerto, quando da tomada de decisões, como as reações humanas são múltiplas e condicionadas pelo momento histórico; portanto, relações teóricas pré-concebidas podem não ser suficientes para abranger as múltiplas reações que ocorrem no mundo real: “if it is true that the interplay of multiple forces often drives development (of the organization) then conducting research with a simple a priori theory in mind actually may impede adequate explanation” (Van de Ven, 1995, p. 533).

Dessa forma, e para encerrar esta seção, podemos também considerar,

de forma brevíssima porque não é o objeto deste artigo, o outro sentido da relação entre história e teoria. A reconstrução de momentos e períodos históricos e a utilização de instrumentos teóricos adequados tanto pode ajudar na compreensão dos fatos ocorridos, com visões adicionais ao quadro teórico vigente, como reciprocamente contribuir para validar e avançar o instrumento teórico existente.

Como bem salienta Solow (1985, p. 329), “If the proper choice of a model depends on the institutional context, and it should, then economic history performs the nice function of widening the range of observation available to the theorists. Economic theory can only gain from being taught something about the range of possibilities in human societies”. Modelos teóricos indicam certos caminhos, certas relações potenciais, certos possíveis comportamentos; o papel dos estudos históricos, no caso das empresas, dadas as múltiplas formas evolutivas e estratégias concebidas, seria aumentar as opções de reais formas acontecidas e enriquecer e alimentar possíveis desdobramentos teóricos futuros.

Portanto, pensamos que, da mesma maneira que a História é fundamental na formação de qualquer cientista social para aprimorar o seu poder de análise, a História de Empresas representa um campo fundamental para o fortalecimento dos instrumentos teóricos necessários à compreensão da evolução do mundo empresarial e de seus efeitos sobre a sociedade e o sistema econômico.

5. Fontes e instrumentos de análise

A História é a reconstrução no tempo presente de um acontecimento, ou uma sucessão deles, acontecidos no passado. Esse procedimento, portanto, somente pode ser efetivado por meio de informações provenientes do período que está sendo analisado. As origens e os conteúdos dessas informações são as chamadas fontes. O conjunto das informações obtidas das várias fontes disponíveis são os elementos básicos a partir dos quais o pesquisador recomporá os fatos relevantes dos acontecimentos no período considerado e tentará reconstruir uma relação lógica no desdobramento temporal deles. Essa relação lógica é obtida por uma dedução de potenciais relações causais obtidas das próprias informações, ou por meio de conceitos e relações previamente estabelecidos, encontrados em teorias prevaletentes nas diversas áreas do conhecimento, sejam econômicas, sociais, políticas, físicas, geográficas etc.

As fontes contém informações qualitativas e/ou quantitativas geradas nos períodos em que aconteceram mas que não são necessariamente originárias de observações diretas dos fatos relatados, e tanto podem ser parciais e incompletas quanto terem sido geradas com objetivos definidos e não imediatamente reconhecíveis; além disso, é sempre bom reafirmar, informações históricas podem ter sido produzidas em contextos culturais, sociais e institucionais diferentes e que requerem análises adequadas para a sua correta utilização (Rowlinson, 2004, p.312)

Kipping, Whadwani e Brucheli (2014) definem com precisão uma metodologia e os vários elementos necessários para uma correta caracterização e utilização de fontes históricas, as quais incluem uma grande variedade de tipos: documentos escritos, entrevistas, relatórios, notícias, legislação, trabalhos acadêmicos etc.

Para utilização adequada as fontes devem ser submetidas a alguns procedimentos analíticos: críticas, triangulação e hermenêutica. A crítica é necessária para a aceitação, ou recusa, da informação no contexto e na lógica da análise. A triangulação, comparação com várias fontes ou autores é necessária para qualificar a veracidade, a precisão e, evitar vieses, sejam de falhas e incompletudes, de visões idiossincráticas ou de intencionalidade. A hermenêutica refere-se à necessidade de interpretar as informações, qualitativas e quantitativas, no contexto em que foram geradas. Portanto, consiste não somente em levar em conta a cultura, a metodologia, as situações específicas, as intenções do momento em que as informações foram geradas, como o contexto mais amplo do ambiente econômico, social e político, ou outro que interfira nas situações em que as informações foram geradas.

No caso da História de Empresas, como salientado anteriormente, as ações, a estratégia e a evolução estão interrelacionadas com as políticas econômicas, gerais e específicas, a evolução dos mercados, nacionais e internacionais, e da tecnologia, implicando assim num nível intenso de interatividade múltipla e, portanto, na necessidade de análise das interinfluências mútuas, num constante ir e vir entre os níveis de análise, para compreensão dos processos decisórios e respectivas ações, e da evolução e história da empresa.

Essa interinfluência implica em interação analítica e triangulação entre fontes primárias, sejam internas ou externas à empresa, e fontes secundárias e terciárias, “Original historical research typically also involves establishing context by understanding a particular source’s relationship to other primary sources through an iterative process of moving back and forth between the

focal source and other primary sources that situate the source in different, often progressively broader ways” (Kipping; Wadhvani; Bucheli, 2014, p. 321).

A triangulação, entendida como a busca da verificação cruzada, pode ser perseguida segundo várias linhas de ação; em geral, a mais utilizada é a busca de múltiplas fontes, ou seja, informações sobre o mesmo fato originárias de diferentes fontes, podendo envolver tanto informações quantitativas como qualitativas, e diferentes métodos de obtenção (Kipping; Wadhvani; Bucheli, 2014, p. 317).

A triangulação também é necessária quando da possibilidade de vieses com relação ao conteúdo emitido pelas fontes, sejam textuais ou orais; isto ganha especial significado no caso de história de empresas, que conta com arquivos da própria empresa e entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a sua operação e evolução como fontes básicas de informações.

Uma intencionalidade discricionária do discurso pode advir do potencial público ao qual a informação gerada se destina. Fontes primárias não são por vezes informações diretas e completas decorrentes da observação dos fatos acontecidos; podem ser fragmentos destes, ou podem portar intenções voltadas a atender interesses discricionários da empresa, requerendo assim avaliações e comparações prévias para utilização mais precisa no contexto da análise. Documentos das empresas sobre o mesmo fato, mas endereçados a públicos diferentes, podem diferir qualitativamente quanto ao conteúdo e objetivos; documentos para consumo do público em geral e aqueles para uso restrito dos executivos da empresa podem diferir quanto a informações sobre o mesmo fato gerador, ou mesmo aqueles endereçados para diferentes membros da empresa, como entre funcionários e diretoria, podem conter diferentes informações, sejam quantitativas quanto qualitativas (Rowlinson, 2004, pp. 308-309).

Dessa forma, há a necessidade de uma avaliação crítica permanente sobre declarações e documentos textuais da empresa, considerando-se tanto a origem quanto o público a que se destinam, procurando-se realizar uma triangulação de fontes.

Passamos agora a uma lista comentada das principais fontes de informação que fornecem elementos estruturais na reconstrução e compreensão dos seus fatos evolutivos no caso específico da história de empresas. A lista é indicativa: como toda pesquisa histórica, depende de disponibilidade e acesso. Ao longo da produção de um caso, a disponibilidade pode variar para os

diferentes tipos de fonte, cabendo ao pesquisador identificar o material relevante, completar as lacunas, e construir uma narrativa que tenha começo, meio e fim, apesar da eventual irregularidade do material em termos de cobertura de todo o arco da experiência pesquisada.

Entrevistas – Podem ser entrevistadas pessoas vinculadas à empresa e outras que têm conhecimento dela através de alguma inter-relação comercial ou institucional, como pessoas que trabalham em fornecedores, clientes, concorrentes ou funcionários do governo que tiveram relações com ela.

Entre as pessoas vinculadas às empresas há aquelas presentes na empresa desde o seu início, ou seja, são uma “história viva” dela; há pessoas que já trabalharam na empresa e que não trabalham mais, ou porque se aposentaram ou porque estão trabalhando em outra empresa; e pessoas que não estão na empresa desde o seu início, portanto com uma parte da memória construída através do relato de outros, oralmente ou através de documentos.

A contribuição original das entrevistas é o fornecimento de uma lista inicial de eventos importantes para a caracterização do binômio dificuldades/oportunidades e, conseqüentemente, da reconstrução e periodização de estágios evolutivos, e das prevalências estratégicas nas operações em cada estágio.

É importante entrevistar pessoas de vários níveis hierárquicos e diferentes funções, pois a percepção da importância de fatos marcantes pode ser diferenciada entre elas, para poder chegar ao conjunto dos fatos que fixariam os períodos de cada estágio e de suas ênfases gestonárias.

Artigos na imprensa – Fornecem informações que a imprensa julga serem notícia: algum feito empresarial, inauguração de fábrica, greves, opiniões de dirigentes, eventualmente informações quantitativas. Revistas de negócios eventualmente selecionam a empresa estudada como destaque setorial e trazem uma descrição da empresa e seu desempenho no ano. Essa prática está particularmente presente nas revistas de periodicidade anual do tipo “as quinhentas maiores”.

Balancos – Os Balancos, as Demonstrações de Resultados, e indicadores resultantes são umas das principais fontes na construção de História de Empresas. Como são documentos obrigatórios anuais, devido à legislação fiscal, são de fácil acesso e permitem uma visão precisa e ampla da evolução financeira da empresa. Permitem visualizar a origem de seus recursos financeiros, a política de financiamento, a evolução das vendas, dos custos diretos e indiretos, das margens de lucro e dos lucros, e dos investimentos. A literatura da contabilidade fornece vários indicadores, mas o pesquisador pode elaborar sua própria organização das informações.

Dados provenientes da contabilidade podem ser organizados em séries históricas que são instrumento de descrição e análise da evolução da atividade empresarial.

A construção de tais séries envolve alguma técnica, como escolha de índices adequados para deflacionar séries de valores e conhecimento elementar de demonstrações e de indicadores contábeis, que são peças importantes na caixa de ferramentas do historiador de empresas.

Atas de Diretoria – São excelente fonte para dificuldades enfrentadas, projetos, identificação de oportunidades, temas estratégicos e ênfases gerenciais. Carecem de padronização, dependem de quem elaborou a ata e seu interesse em registrar os assuntos discutidos. Mas boas atas são fonte excepcional de informação, por vezes mais abertas e fidedignas do que entrevistas.

Contratos – De fornecimento, de assistência técnica, de cooperação, de consultoria, de transferência de tecnologia etc. Para firmas que desenvolveram tecnologia por meio de aprendizado com outras firmas, o contrato informa os termos do relacionamento – compromissos, restrições, remuneração. A evolução desses conteúdos permite inferir a evolução da absorção de tecnologia e desenvolvimento de autonomia nesse aspecto da vida empresarial.

Relatórios (publicados junto com balanços) – Podem eventualmente fornecer explicações úteis sobre crescimento, problemas enfrentados, projetos futuros, desempenho recente. Em geral são bem mais sucintos do que as atas de reunião de diretoria, mas são mais regulares quanto às informações que fornecem.

Relatórios internos – Identificam problemas, sugestões, mudanças operacionais ou organizacionais, ou ainda jornais internos e comunicações com circulação restrita aos funcionários.

Projetos de investimento da empresa (ou de incentivos fiscais) – Projetos junto a órgãos financiadores ou governamentais contêm dados e descrição da firma à época do projeto, estimativas do mercado e de competidores, intenções de ampliação e justificativas. Estão disponíveis em arquivos históricos.

Anuários de associações patronais – Dão acesso a informações do ambiente externo imediato da indústria, contendo lista de produtores do setor, dados de produção setorial, permitindo localizar a evolução do setor e a participação da empresa estudada.

Leis, regulamentos, portarias, que impliquem alterações operacionais, investimentos, mudanças organizacionais, e condições competitivas – como no caso da abertura comercial implantada na década de noventa, com fortes repercussões nas condições competitivas de vários setores industriais.

Análise do mercado, concorrência e evolução tecnológica – Estudos de consultorias externas, relatórios governamentais e estudos acadêmicos relacionados direta ou indiretamente a condições estruturais e evolutivas dos mercados em que a empresa opera.

Análise macroeconômica – Considerações sobre o ciclo econômico, seja em nível nacional ou global; as políticas econômicas gerais e específicas são importantes condicionadores ou mesmo geradores de dificuldades e oportunidades, sendo às vezes cruciais como impulsionadores de uma evolução positiva perene ou como criadores de barreiras absolutas.

5.1 Dificuldades no trabalho com as fontes

Uma dificuldade de trabalhar com as informações, nesta metodologia, é que o binômio dificuldades/oportunidades pode não ser explicitamente revelado em dados numéricos históricos, ou mesmo em documentos explícitos; eles podem ser induzidos, percebidos indiretamente, através de informações de outras fontes, mas para serem efetivamente identificados requerem entrevistas com os executivos internos responsáveis da respectiva época ou com executivos externos que tenham tido contato com a empresa naquele estágio. É preciso observar que isso só é possível no caso de histórias com retrospectivas relativamente recentes. Nos casos ou períodos mais antigos, o trabalho de reconstituição torna-se mais complexo, dependendo da qualidade das informações arquivadas na empresa.

As diversas fontes devem ser utilizadas de maneira a compor um quadro coerente da evolução do caso. Idealmente, diferentes fontes convergem para um entendimento e interpretação. Contradições são indicação de aspectos a serem mais bem esclarecidos. Em especial, alertamos para a dificuldade em usar como base isolada material de entrevistas com empresários ou executivos, que habitualmente manifestam visão triunfante e parcial de sua criação, sugerindo inúmeras supostas dificuldades que mascaram as reais intenções que levaram à efetiva evolução ocorrida.

Finalmente, há a questão do sigilo relativo. O acesso livre às informações primárias da empresa passa por uma negociação recorrente com os seus executivos, pois sempre podem aparecer informações que a empresa não gostaria que fossem divulgadas. Como contornar essas restrições é parte intrínseca da possibilidade da existência do campo de conhecimento de História de Empresas, e a sua solução faz parte da habilidade e sensibilidade necessárias para ser um bom pesquisador nesse campo.

6. Conclusão

A empresa está em permanente movimento, pelos processos operacionais cotidianos, pelas dificuldades que enfrenta nessa movimentação, pelas mudanças nos vários ambientes institucionais onde opera, e pelas oportunidades que surgem nesse inter-relacionamento. A reconstrução histórica desse movimento, dadas as suas inúmeras variações tipológicas, múltiplas facetas e interinfluências, coloca amplas dificuldades metodológicas para a análise do objeto empresa e para o campo de estudo da História de empresas.

A metodologia proposta tenta ao mesmo tempo sintetizar a dinâmica evolutiva da empresa em elementos identificáveis no cotidiano da empresa, por meio do *binômio dificuldades/opportunidades*, como também permitir observar e salientar as diversas possibilidades de intrarelacionamento e inter-relacionamento institucional em diferentes momentos históricos por meio do conceito de estágio evolutivo.

Através do binômio identificam-se as influências na recorrente interdependência entre os diferentes níveis agregados de análise. Esses diferentes níveis de agregação se movem na maioria dos momentos de forma independente, e a sua inter-relação com a empresa se corporifica nas dificuldades/opportunidades que geram, e a história da empresa evolui pelas soluções idealizadas e implementadas.

Por outro lado, mesmo reconhecendo a dinâmica a que a empresa está permanentemente submetida, há o reconhecimento de que a empresa passa também por períodos em que elementos básicos de sua estrutura, de sua operacionalidade e de sua estratégia evolutiva não sofrem mudanças significativas, o que caracterizaria um estágio evolutivo. A concepção de estágios isola a análise das interinfluências imediatas dos outros níveis agregados de análise e permite aprofundar a análise no funcionamento dos vários subconjuntos operativos, das ênfases gestonárias e estratégias implementadas.

Toda análise requer um prévio conjunto de hipóteses e instrumentos teóricos prévios. No caso da História de Empresas, esse conjunto é variado e de múltiplas origens conceituais. Cabe ao pesquisador escolher o conjunto inquisitivo que irá empregar, e estar preparado, sem conceituações prévias demasiadamente rígidas para as possíveis incongruências e inconsistências que irá encontrar, e inclusive para potenciais novas formulações oriundas do caso em estudo.

Finalmente, toda reconstrução histórica é baseada em fontes. A qualidade dessa reconstrução está intimamente ligada à quantidade e à qualidade

das fontes. Ao pesquisador cabe a busca, a amplitude, a variedade e a qualidade das fontes e informações a serem utilizadas. Devido a questões idiossincráticas e de intencionalidade, e dos potenciais vieses, a utilização das fontes requer vários procedimentos analíticos e negociações. Mas, como sabemos, estes devem ser, e são, elementos permanentes do perfil operacional do historiador.

Referências

ADIZES, I. Organizational passages: diagnosing and treating lifecycle problems of organizations. *Organizational Dynamics*, p. 3-25, 1979.

BAIN, J. *Barriers to new competition*. Cambridge, Mass.: Harvard U.P., 1956.

COASE, R. The nature of the firm. *Economica*, v. 4, n.16, p. 386-405, 1937.

DARDI, M. Alfred Marshall's partial equilibrium: dynamics in disguise. In: ARENA, R.; QUERÉ, M. (Org.). *The economics of Alfred Marshall: revisiting Marshall's Legacy*. Palgrave Macmillan, 2003.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *The Academy of Management Review*, v. 14, n. 4, p. 532-550, oct. 1989.

GALAMBOS, L. Business history and the theory of growth of the firm. In: TUCKER, K. A. *Business History – Selected Readings*. New York: Routledge, 2013.

HANNAN, M. T.; FREEMAN, J. Structural Inertia and Organizational Change. *American Sociological Review*, v. 49, n. 2, p. 149-164, 1984.

HILL, J.; McGOVAN, P.; Small Business and Enterprise Development: Questions about Research and Development. *International Journal of Entrepreneurial Behaviour & Research*, Vol. 5, No. 1, p. 5-18, 1999.

JAAFAR, H.; HALIM, H.A. Refining the firm life cycle classification method. *Journal of Economics, Business and Management*, v. 4, n. 2, p. 112-119, 2016.

KERSTENETZKY, J. A natureza da firma contemporânea: O problema da governança corporativa à luz da história do pensamento econômico. *Econômica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 209-238, 2007.

KERSTENETZKY, J. A história da Metal Leve S.A.: ciclo de vida empresarial em país periférico. In: GOULARTI FILHO, A.; SAES, A.N. (ORG.). *História de empresas no Brasil*. Niterói: EDUFF; São Paulo: Hucitec, 2021.

KIPPING, M.; WADHWANI, R. D.; BUCHELI, M. Analyzing and interpreting historical sources: a basic methodology. In: BUCHELI, M.; WADHWANI, R. D. (Org.) *Organizations in time*. Oxford: Oxford U.P., 2014.

KWANISKA, E. L. *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas, 2006.

LABINI, P. S. *Oligopólio e progresso técnico*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARSHALL, A. *Industry and trade*. London: Macmillan, 1923.

PENROSE, E. T. *The theory of the growth of the firm*. Oxford: Basil Blackwell, [1959] 1980.

PENTLAND, B. T. Building process theory with narrative: from description to explanation. *The Academy of Management Review*, v. 24, n. 4, p. 711-724, 1999.

POPP, A.; HOLT, R. The presence of entrepreneurial opportunity. *Business History*, v. 55, n. 1, p. 9-28, 2013.

PORTER, M. E. *Competitive strategy*. New York: The Free Press, 1980.

QUINN, R. E.; CAMERON, K. Organizational life cycles and shifting criteria of effectiveness: some preliminary evidence. *Management Science*, v. 29, n. 1, p. 33-51, 1983.

RAFF, D. M. G. How to do things with time. *Enterprise and Society*, v. 14, n. 3, p. 435-466, 2013.

ROWLINSON, M. Historical analysis of company documents. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (Org.). *Essential guide to qualitative methods in organizational research*. London: Sage Publications, 2004.

SEWELL, W. H. *Logics of history: social theory and social transformation*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2005.

SOLOW, R. M. Economic History and Economics. *The American Economic Review: Papers and Proceedings of the Ninety Seventh Annual Meeting of the American Economic Association*, v. 75, n. 2, p. 328-331, 1985.

VAN DE VEN, A.; POOLE, M. S. Alternative approaches for studying organizational change. *Organization Studies*. n. 26, 2005.

VAND DEVEN, A. H.; POOLE, M.S., Explaining development and change in organizations. *The Academy of Management Review*, v. 20, n. 3, 1995.